

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2020/005994
RECORRENTE: ERICA ROBERTA FERREIRA SALGADO
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: R000910844

**JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.
ACÓRDÃO JARI Nº**

EMENTA: Multa por infração ao Art. 218, inc. I do CTB: “Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%”. **INOBSERVÂNCIA DO PRAZO LEGAL. Recurso Conhecido e Provido.**

Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto pela proprietária legal, em oposição ao rigor do **ao Art. 218, inc. I do CTB: “Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%”, na data de 10/03/2019, na Rodovia BA093, Km 32(...), na cidade de Mata de São João/Ba**, pelo que argui matéria de fato. Argui a Recorrente, inobservância do prazo legal, dentre outras alegações. Requer o cancelamento da multa. A Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações. É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine à tempestividade e capacidade postulatória. Da análise do Relatório de Auto de Infração- Extrato, verifica-se que as arguições da Recorrente corroboram com a pretensão deste, tendo em vista que, o órgão atuador não agiu diligentemente, pois, não expediu a NAI- Notificação de Autuação de Infração dentro do trintídio legal, uma vez que emitiu/expediu em 29/04/2019, contrariando o previsto no § 3º, art. 4º da Resolução 619 do CONTRAN.

Desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO, pelas razões ora expostas, julgando INSUBSISTENTE o Registro do Auto de Infração nº. R000910844**, lavrado contra **ERICA ROBERTA FERREIRA SALGADO**, determinando seu conseqüente arquivamento. **Acaso já tenha havido o pagamento da multa aplicada, devolva-se a importância, nos termos do artigo.**

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO, determinando o arquivamento do Auto de Infração nº. R000910844**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 03 de Maio de 2022.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro Titular / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaína Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI